

VISÕES SOBRE O ATLÂNTICO SUL: O PERÍODO LULA E DILMA SOB A ANÁLISE DE SEUS DISCURSOS NA ONU

Hellen Christina Pacheco Ferreira¹

Claudio Rodrigues Corrêa²

RESUMO

Atlântico Sul é a área estratégica mais relevante para o emprego do poder naval brasileiro e, por motivos econômico-geopolíticos, essa porção oceânica meridional pode ser considerada uma “fronteira de oportunidades e desafios” quando se trata de projeção do Brasil sobre o mar. Este artigo tem como propósito identificar se o tema Atlântico Sul foi abordado implícita ou explicitamente nos discursos proferidos por Lula da Silva (2007-2010) e Dilma Rousseff (2011-2014), no período de 2007 a 2014, no foro denominado de Assembleia Geral das Nações Unidas, e se houve continuidade nas abordagens. Para esta finalidade, utilizou-se a Metodologia de Análise Crítica do Discurso (ACD) na perspectiva sócio cognitiva de Teun A. Van Dijk (2003) e suas estruturas textuais “Temas”, “Implícitos” e “Representação do contexto internacional”, além da pesquisa qualitativo-interpretativa. Por meio do levantamento dos elementos-chaves de Relações Internacionais presentes no referencial teórico, buscou-se aplicar as estruturas textuais de Van Dijk (2003), a fim de apontar em quais construções discursivas foram realizadas referências explícitas ou implícitas ao Atlântico Sul. Como resultado deste estudo, observou-se continuidade no tratamento dado aos temas que mencionavam apenas indiretamente ou implicitamente a temática sul-atlântica.

Palavras-Chave: Atlântico Sul. Lula da Silva. Dilma Rousseff. Política Externa Brasileira. Análise Crítica do Discurso.

¹ Mestre em Estudos Marítimos pela Escola de Guerra Naval (EGN). E-mail: hellencpacheco@gmail.com

² Doutor em Administração pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: correa7claudio@gmail.com

INTRODUÇÃO

Quer por sua localização geográfica, centenária rota marítima entre os oceanos Índico e Pacífico e da América do Sul para a Europa, quer pelo elevado valor das riquezas materiais que abriga, o Atlântico Sul (AS) tem sido objeto de estudo da geopolítica e a questão sul-atlântica é vista como uma fronteira de desafios e oportunidades para o Estado brasileiro ampliar sua esfera de atuação, também pelo capital político regional que carrega no cenário internacional. Simultaneamente, compete a ele negar o uso dessa porção oceânica meridional do seu entorno, impedindo que forças externas projetem poder sobre o seu território (BRASIL, 2008; RIBEIRO LUÍS, 2011).

Dentre os motivos para tal zelo, pode-se citar a extração de petróleo em camadas profundas do oceano, intensificada com a descoberta do pré-sal, bem como a volumosa atividade pesqueira no campo econômico e, no político, o estreitamento de relações com os Estados africanos situados no AS, tecendo uma cooperação regional que tornou possível a criação de um espaço de ação política mais autônoma tanto para o Brasil quanto para aqueles Estados (OLIVEIRA, 2011; JUDICE, PIÑON, 2015; VIEGAS FILHO, 2016).

Nesse contexto, o Brasil tem recorrido cada vez mais à cooperação e ao compartilhamento de responsabilidades como mecanismo de expor sua visão de mundo, de diminuir a atuação de atores extra-regionais e de colaborar na tecitura das relações com os Estados vizinhos. A criação da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) pode ser tomada como iniciativa nesse sentido, uma vez que essa cooperação engloba interesses econômicos, políticos e militares dos estados envolvidos, bem como suas pretensões no sistema internacional” (PENHA, 2011).

Do governo Lula da Silva em diante, depreende-se uma aproximação do Brasil com os Estados do sul, ao que os estudiosos denominaram de Cooperação Sul-Sul, e nesse contexto, a relação Brasil-África se intensificou (OLIVEIRA, 2015). Continuidades e retrocessos numa linha do tempo instável emergem da comparação entre o comportamento da política externa dos Governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Vana Rousseff (2011-2014), também resultantes das percepções peculiares de cada um sobre as prioridades desse setor em um cenário internacional em constantes mudanças.

Cabe então questionar se e de que forma o Atlântico Sul teria

exercido algum tipo de influência na condução da política externa brasileira e se seria possível chegar à resposta pelo exame de como esses dois chefes de Estado o mencionam.

Este estudo busca identificar se o tema Atlântico Sul foi abordado implícita ou explicitamente nos discursos proferidos por Lula da Silva (2007-2010) e Dilma Rousseff (2011-2014), no período de 2007 a 2014, no foro da Assembleia Geral das Nações Unidas, e se houve continuidade nas abordagens. Ele foi realizado por meio da pesquisa qualitativa e bibliográfica que permitiu listar elementos-chaves para a compreensão da dimensão do Atlântico Sul, dentro da política externa conduzida por esses chefes de Estado, bem como pela aplicação metodológica da Análise Crítica do Discurso (ACD), com destaque na perspectiva de análise sócio-cognitiva de Van Dijk (2003) e dessas estruturas textuais, aqui tidas como categorias de análise: “Temas”; “Implícitos” e “Representação do contexto internacional”.

A ANÁLISE DO DISCURSO COMO FERRAMENTA PARA PERCEPÇÃO SOBRE POLÍTICA EXTERNA

O discurso não se resume à linguagem, mas engloba poder e ideologia, e essa viabiliza a manutenção ou criação das “relações desiguais de poder”. Somente a partir da compreensão das ideologias presentes nos discursos, é que se pode buscar captar a intencionalidade de sua concepção, sendo essa implícita na maioria das vezes. Por se voltar para a descoberta, a revelação e a divulgação do implícito, o que não se vê literalmente, esse tipo de análise favorece a identificação das ideologias “subjacentes ao discurso”, bem como das relações de dominação constituídas por essas ideologias. (WODAK, 2004; VAN DIJK, 2012).

Iniciada na França na década de 1960, por teóricos ligados ao marxismo e à política como Jean Dubois e de Michel Pêcheux (GREGOLIN, 2003), a análise do discurso (AD) permitiu trazer o sujeito para o centro da construção linguística, bem como o percebeu como resultado de uma produção de sentidos, oriunda do caráter simbólico interno dos discursos (BRASIL, 2011).

Por ter se constituído em meio a um processo de ruptura de paradigma, a AD imerge no conhecimento sobre a história da linguagem, para provocar uma resignificação dos próprios processos linguísticos e apresenta-se como uma “disciplina de confluência” em que convergem três áreas de conhecimento: o materialismo histórico (teoria das formações sociais), a linguística (teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de

enunciação) e a teoria do discurso (BRASIL, 2011, p. 172).

A ACD como abordagem teórica e metodológica:

A ACD é apresentada como uma perspectiva de análise centrada nas problemáticas sociais e por isso busca entender como o discurso está inserido nos processos de produção e reprodução do abuso de poder ou dominação. Assim, sua atuação abrange múltiplas perspectivas da construção do objeto de estudo, sem se resumir à análise linguística como pretensão final, mas com atenção para a coerência entre a percepção dos grupos dominados e a dos dominantes (VAN DIJK, 2003).

Para Misoczky (2005), abordagens críticas concebem o discurso em sua percepção mais abstrata e estão condicionadas ao momento social em que ele está inserido. A ACD só existe quando associada a outros termos, como as instituições escolhidas para a análise e as teorias sociais que serão fundamentadas.

A posição assumida pelo sujeito e os componentes imagéticos e lugares de pertencimento construídos nas materialidades que constituem as “regularidades discursivas” são evidenciados por essa metodologia aprofundada de análise por meio de uma descrição-interpretativa (MARQUES, 2011).

Oito discursos compõem o *corpus* de análise deste artigo, uma quantidade que condiz com a relevância do foro internacional escolhido e a realidade dos estudos desenvolvidos em ACD. Sobre ele foram selecionadas e aplicadas as estruturas textuais, desenvolvidas e constantemente apontadas nos estudos de análise sócio-cognitiva realizados por Van Dijk e reproduzidos por adeptos de sua percepção sobre a produção discursiva, como Flores (2007) que aplicou as estruturas textuais em pesquisas sobre política externa.

Os discursos presidenciais na Assembleia Geral da ONU são importantes objetos de pesquisa por que este fórum internacional é muito influente nas discussões e nas decisões na comunidade internacional e onde anualmente os 193 Estados-membros reúnem-se para tratar sobre temas selecionados segundo sua relevância e capacidade de gerar impactos na sociedade mundial.

O ATLÂNTICO SUL E OS GOVERNOS LULA DA SILVA E DILMA ROUSSEFF

Segundo Vaz (2011) e Penha (2011), a região sul-atlântica, até então categorizada como uma área estratégica secundária, ganha um papel relevante no cenário internacional, principalmente após as descobertas das jazidas energéticas e o incremento do fluxo comercial por essa via marítima, o que sugere uma gradual mudança do Atlântico Sul dentro da visão e das perspectivas das grandes potências. A “nova geopolítica do Atlântico Sul” é o termo utilizado para se referir à nova política brasileira em relação à África, que remete ao fato de esse retorno dos interesses brasileiros na região estar acompanhado por potências como Estados Unidos da América, China e Índia e associado à busca pelo controle e pela exploração dos recursos minerais e da produção do petróleo africano, a partir de *offshore*.

A presença de ilhas espalhadas pelo Atlântico Sul, desde Cabo Verde, São Tomé e Príncipe até as Ilhas mesoocênicas e Malvinas, de administração inglesa, reforça a importância geoestratégica desta bacia e a facilidade do seu controle militar por parte das potências marítimas (PENHA, 2011, p. 210-211).

Principalmente a partir da ascensão de Lula à presidência do Brasil, houve uma mudança na percepção brasileira e na Política Externa Brasileira em relação ao Atlântico Sul também quanto à intensificação e ao resgate da política africana e à necessidade de investir em ações conjuntas na região como mecanismo de controle desse espaço marítimo, afastando-o de se tornar foco de disputa mundial. Durante o governo Lula, intensificaram-se os vínculos econômicos, de segurança e também políticos com os Estados do entorno estratégico do AS (AMORIM, 2012; ABDENUR, SOUZA NETO, 2014).

Considerada um dos documentos mais relevantes dentro das ações desenvolvidas pelo país no contexto internacional, principalmente em relação ao Atlântico sul, a Estratégia Nacional de Defesa (END), criada no governo Lula, delimita essa região oceânica e a bacia Amazônica como as duas áreas estrategicamente prioritárias para o país (FARIA, 2012). Esse autor, em relação à segurança da região sul-atlântica na área de atuação brasileira, aponta a criação do Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz), que tem como finalidade promover um acompanhamento

de todas as atividades desenvolvidas nessa área para preservar a soberania do Estado brasileiro sobre os recursos marinhos ali existentes.

Além da importância econômica da Amazônia Azul, a delimitação da Plataforma Continental Brasileira representa também a demarcação das fronteiras da região marítima do Brasil, cujo litoral abrange uma extensão de mais de 8 mil quilômetros, que confere direito de soberania, ainda que de forma não plena, em um espaço passível de influências e projeção de poder de potências alheias que podem gerar focos de tensão e instabilidade. Afinal, como afirma Mario Travassos, as vias marítimas e o curso dos rios Prata e Amazonas foram e continuam sendo as principais vias naturais de acesso ao subcontinente sul-americano (RIBEIRO LUÍS, 2011, p. 4 – 5).

A percepção do Atlântico Sul como um espaço geopolítico relevante para o Brasil se associa ao processo de estímulo a cooperações no âmbito de Defesa na região, e o governo Dilma Roussef (2011-2014) apresentou um crescimento em torno de 16% em relação ao governo de Lula da Silva (OLIVEIRA, 2015). Para esse autor, o crescente diálogo entre a política externa e a de defesa, iniciado no governo Lula da Silva a partir da END, atingiu seu máximo com a elaboração do Livro Branco de Defesa Nacional, lançado em 2012.

A partir desse referencial teórico sobre os governos de Lula da Silva (2007-2010) e de Dilma Rousseff (2011-2014), podem-se apontar os seguintes elementos-chaves para a compreensão da dimensão do Atlântico Sul, dentro da política externa conduzida por esses chefes de Estado: Nova Ordem Internacional; Política Externa Brasileira; Cooperação Sul-Sul; e Relação Brasil-África. Esses serão usados para exame de continuidades e rupturas na forma como esses elementos foram contemplados e influenciaram na ênfase e/ou silenciamento em relação ao Atlântico Sul.

ANÁLISE EMPÍRICA DOS DISCURSOS DE LULA DA SILVA (2007-2010) E DE DILMA ROUSSEFF (2011-2014) NA ASSEMBLEIA GERAL DA ONU

Para realizar a análise dos discursos selecionadas, foram adotadas as seguintes categorias de análise: “Temas”; “Implícitos”; e “Representação do contexto internacional” para evidenciar os quatro elementos-chave levantados na literatura.

Análise dos Discursos de Luiz Inácio Lula da Silva (2007-2010):

A) Temas:

Enquanto a análise de uma estrutura textual permite evidenciar os temas mais significativos de uma produção discursiva, ela também fornece mecanismos para identificar a omissão daqueles considerados negativos ou que não contribuem para a finalidade pretendida pelo discurso no campo de produção de sentidos.

A ênfase empregada em determinados temas funcionariam como medida de identificação dos tópicos que são considerados importantes na manutenção da imagem positiva do 'nós'. Por conseguinte, a omissão de determinados temas demonstram a adoção de medidas que impeçam a emergência de fatores que favoreçam a imagem do "Eles" (VAN DIJK, 2003, p.44).

1 - Nova ordem internacional:

Para Falcone (2006), o texto seria a materialização da língua e, principalmente, dos processos linguísticos envolvidos na elaboração de uma construção discursiva, que está delimitada pelo contexto e pelas relações sintáticas utilizadas, onde a cognição opera continuamente e de forma complexa na intermediação desses dois fatores.

Luiz Inácio Lula da Silva (2007) expressa um posicionamento contrário à forma como está estruturado o cenário externo no seu discurso proferido na Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) em 2007, primeiro após sua reeleição para a presidência do Brasil.

É preciso reverter essa lógica aparentemente realista e sofisticada, mas na verdade anacrônica, predatória e insensata, da multiplicação do lucro e da riqueza a qualquer preço. Se queremos salvar o patrimônio comum, impõe-se uma nova e mais equilibrada repartição das riquezas, tanto no interior de cada país como na esfera internacional (SILVA, 2007).

Ele critica a ordem internacional vigente e a forma como ela condiciona um Sistema Internacional (SI) desigual, refletindo sua percepção sobre o mundo, a partir das experiências pessoais e das coletivamente aprendidas no meio social em que esteve inserido.

Quando o Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, representou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva na Assembleia Geral das Nações Unidas em 2010, destacou em seu discurso ali posicionamento brasileiro diante da crise instaurada no mundo desde 2008 e o êxito do Brasil em evitar o que denominou de “surto protecionista descontrolado” e seus reflexos depressivos sobre o SI. Também reforçou a necessidade de maior comprometimento dos Estados desenvolvidos com o processo de estabilização da economia em âmbito global, por meio de utilização de novos mecanismos que permitam uma participação mais ativa de todos os Estados do ambiente internacional.

Ao ressaltar a reivindicação brasileira de uma participação mais significativa dos Estados em desenvolvimento nas ações realizadas no SI, o discurso brasileiro faz alusão implícita às questões de interesse situadas no Atlântico Sul, cuja proteção também deveria estar a cargo dos Estados africanos, que ficam na outra margem da costa.

2 - Política Externa Brasileira:

O presidente Lula da Silva (2007) reforçou a imagem do Brasil como uma potência regional que está destinando esforços para o estreitamento de relações no seu entorno para projetar sua economia dentro do continente quando ressaltou a questão da integração sul-americana.

A construção de uma nova ordem internacional não é uma figura de retórica, mas um requisito de sensatez. O Brasil orgulha-se da contribuição que tem dado para a integração sul-americana, sobretudo no Mercosul (SILVA, 2007).

Segundo Lula da Silva (2007), tais ações adotadas pela Política Externa de seu governo haviam proporcionado uma dinamização para a economia brasileira e ampliado sua atuação no cenário internacional, principalmente a partir de parcerias com mercados promissores para os produtos exportados pelo Estado, e, ainda, tinham desencadeado

iniciativas de outros níveis de participação como as missões de paz no Haiti.

Para Falcone (2006), o discurso se torna um mecanismo concreto de produção de sentidos e, principalmente, de compartilhamento de percepções sociais nessa ação desencadeada pelo sujeito por meio da prática linguística.

A partir da concepção de que a língua é um sistema virtual e o texto é a sua possibilidade de atualização, dá-se espaço para a ação de um sujeito, mais especificamente um sujeito cognitivo, operando com o seu conhecimento social/individual para a prática linguística (FALCONE, 2006, p. 165).

A ação de utilizar a língua está associada a um constante diálogo entre os conhecimentos que se adquirem individualmente e o que resulta do convívio social. “Ao mesmo tempo em que a formulação de textos é uma realização individual, sempre será socialmente construída e compartilhada” (FALCONE, 2006, p.164).

Nessa construção discursiva, na qual compartilhou as ações realizadas pela Política Externa Brasileira (PEB), Lula da Silva (2009) se propôs a explorar potencialmente sua experiência adquirida após decisões que se configuraram como as “salvadoras” do Brasil bem como buscou ressaltar a pró-atividade do Brasil no cenário externo e que teria resultado em um posicionamento favorável do Estado brasileiro diante da situação de crise instaurada no mundo.

3 - Cooperação Sul-Sul:

Para tratar da Cooperação Sul-Sul conduzida desde o seu primeiro mandato, Lula da Silva (2007) enfatiza que é imprescindível o incentivo às relações mais equilibradas, principalmente no âmbito das negociações dentro do comércio internacional.

Devemos aumentar igualmente a cooperação sul-sul, sem prejuízo de adotar modalidades inovadoras de ação conjunta com países desenvolvidos. Assim daremos sentido concreto ao princípio das responsabilidades comuns, mas diferenciadas (SILVA, 2007).

Segundo Amorim (2010), o investimento brasileiro em cooperações de diferentes níveis com Estados fora do eixo Norte sinaliza que a iniciativa brasileira vai além da aquisição de novos mercados para seus produtos e pretende reproduzir, em outros Estados, experiências positivas do Brasil como forma de intensificar o vínculo com o continente e, conseqüentemente, com os Estados africanos do entorno estratégico do Atlântico Sul. “Nesses últimos anos, o Brasil moveu-se na cena internacional impulsionado pelo sentido de solidariedade. Temos a convicção de que é possível fazer política externa com humanismo, sem perder de vista o interesse nacional” (AMORIM, 2010).

Para Van Dijk (1997), da forma como determinado grupo tem acesso a dados discursivos pode-se pressupor como constrói sua representação social, o que ressalta a importância de se detectar nos discursos a voz daqueles que estão excluídos dos circuitos de poder, no domínio linguístico que vai desde uma matéria jornalística até uma construção discursiva propriamente dita.

4 - Relação Brasil-África:

A Política Externa Brasileira (PEB) no governo de Lula fortaleceu a relação com países do continente africano pelas cooperações em diversos níveis constituídas nesse período, materializadas em ações que podem ser interpretadas como demonstrações das proposições brasileiras para a África perante a comunidade das nações, bem como o retorno político e econômico obtido, a partir do estreitamento de relações com aqueles Estados.

Essa situação aponta o que o “Nós” (Brasil) considera relevante em detrimento do que “Eles” (cenário internacional) vislumbram para aquela região.

Sendo as ideologias crenças compartilhadas por grupos sociais, elas definem a identidade, o interesse e as ações desses grupos. Dessa forma, é importante ressaltar que “as ideologias não são apenas ‘uma visão de mundo’ de um determinado grupo, mas principalmente os princípios que formam a base dessas crenças (VAN DIJK, 1997, p. 21)”.

Ao relatar os avanços decorrentes da parceria com os Estados africanos que garantiu ações e medidas de prevenção e combate ao HIV/AIDS e o fornecimento de medicamentos a preços mais baixos, Lula da Silva (2007) expôs o posicionamento brasileiro em relação a qualquer ato que seja contrário.

A Unitaid já conseguiu reduções de até 45% nos preços dos medicamentos contra a Aids, a malária e a tuberculose destinados aos países mais pobres da África. É hora de dar-lhe um novo impulso. Idéias que tanto mobilizaram nossos povos não podem perder-se na inércia burocrática (SILVA, 2007).

Quando Falcone (2006) aborda o funcionamento da perspectiva cognitiva dentro da construção de um discurso, corrobora com a intencionalidade de Lula da Silva (2007) de apresentar um Brasil preocupado com a vigência de regras “mais justas” nas relações econômicas, principalmente envolvendo aquele continente.

(...) a Análise Cognitiva do Discurso não se enquadra em uma perspectiva mentalista de cognição. Assumir que sujeitos têm mentes e, que operam a partir de elaborações mentais, não significa rejeitar a natureza discursiva e social das propriedades cognitivas. Só a partir dessa delimitação é possível compreender a proposta de interface entre prática social e prática discursiva (FALCONE, 2006, p. 174).

Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores, em seu discurso sobre a questão da África, ressaltou ações realizadas de forma pontual em alguns destes Estados, como foi o caso de Guiné-Bissau para renovar o comprometimento do Brasil com os Estados africanos nos mais diversos âmbitos de atuação política, econômica e social. Segundo Amorim (2010):

A África ocupa um lugar muito especial na diplomacia brasileira. Desde a sua posse, o Presidente Lula foi à África onze vezes. Visitou mais de duas dezenas de países. Implantamos um escritório de pesquisas agrícolas em Gana; uma fazenda-modelo de algodão no Mali; uma fábrica de medicamentos anti-retrovirais em Moçambique; centros de formação profissional em cinco países africanos.

B) Implícitos:

A utilização da estrutura textual “implícitos” tem o propósito de:

Ao recorrer a esta ferramenta textual o enunciador tem por objetivo omitir percepções negativas acerca do “NÓS”. Embora possa ser utilizada como recurso que explicita apenas uma parte da informação que quer ser comunicada esperando que o receptor complete o resto, lançando mão do conhecimento prévio que já tem do fato ou dos referentes comuns compartilhados com o emissor (FLORES, 2007, p. 46).

Neste estudo, essa ferramenta possibilita a identificação do que está implícito nos discursos proferidos por Luiz Inácio Lula da Silva, na Assembleia Geral das Nações Unidas, no período de 2007 a 2010 uma vez que esta categoria age como um recurso pelo qual o enunciador estimula percepções do receptor a partir de seu conhecimento prévio que já foi compartilhado anteriormente com o emissor.

1 - Relação Brasil-África:

A forma como os discursos de Lula da Silva (2007-2009) e Celso Amorim (2010) foram construídos posicionam a África em destaque dentro das ações realizadas pela Política Externa Brasileira (PEB). Da análise desse vínculo, percebe-se na construção discursiva que, nas expressões relacionadas ao continente, há uma tendência a menções implícitas dos interesses do Brasil na região sul-atlântica, uma vez que alguns Estados africanos estão situados nas margens dessa porção oceânica. Isso pode ser observado em Amorim (2010):

O Brasil tem uma preocupação especial com a Guiné Bissau. Não é por meio do isolamento ou do abandono que a comunidade internacional logrará resolver os problemas que ainda persistem naquele país irmão. Precisamos de modalidades mais inteligentes de cooperação, que promovam o desenvolvimento e a estabilidade e incentivem as indispensáveis reformas, sobretudo no que tange às forças armadas.

O empenho brasileiro em promover mudanças na realidade da população africana, que sente os efeitos da desigualdade, pobreza e fome há décadas, é reforçado por Amorim (2010), ao ressaltar essa preocupação brasileira em relação às condições sociais, econômicas e políticas do continente africano. “Com comércio e investimento, estamos ajudando o continente africano a desenvolver sua enorme potencialidade e a diminuir sua dependência de uns poucos centros de poder político e econômico” (AMORIM, 2010). Para esse autor, as ações de cooperação e a parceria com o Brasil tinham fortalecido o vínculo entre os dois lados do Atlântico Sul e proporcionado significativa redução da dependência dos grandes centros.

Enquanto o discurso define como os elementos que compõem o enunciado são constituídos, ele também delimita dentro de seus signos e símbolos a forma como será compreendido por aqueles que reconhecem a construção semântica que o compõe. (CHARAUDEAU, MAINGUENEAU, 2004).

2 - Política Externa Brasileira:

Dentro do conjunto de ações que o Estado brasileiro tem dispendido para promover a aproximação com outros povos e regiões da África e da Ásia, Estados árabes, entre outros, Lula da Silva (2007) menciona as contribuições brasileiras para a integração sul-americana (principalmente via MERCOSUL) e a criação do IBAS em 2003, constituído por Brasil, África do Sul e Índia.

Ao se posicionar sobre questões relativas à mudança climática e à adoção de biocombustíveis como uma alternativa para reverter os efeitos gerados pelo uso de combustíveis fósseis, esse presidente ressalta que essa iniciativa se configura como uma oportunidade para os Estados pobres e em desenvolvimento aumentarem sua autonomia, particularmente os vizinhos sul-americanos e sul-atlânticos.

A perspectiva de abordagem contextual e construtivista dos discursos está relacionada às suas características que podem ser controladas ou influenciadas por elementos contextuais (VAN DIJK, 2012).

Uma das condições dessa variabilidade é que muitas das características de alto nível do discurso (por exemplo, a escolha dos assuntos, as interrupções feitas a outrem etc.) são controladas ou potencialmente controláveis, e, portanto, muito mais passíveis de serem influenciadas por vários fatores contextuais (VAN DIJK, 1997, p. 165).

3 - Cooperação Sul-Sul

A fundação da UNASUL - União de Nações Sul-americanas – teve como objetivo consolidar uma genuína zona de paz e de prosperidade. A UNASUL já demonstrou seu valor na promoção do entendimento e da solução pacífica de conflitos entre países sul-americanos e no interior desses países. A UNASUL tornou ainda menos justificável qualquer tipo de ingerência externa (AMORIM, 2010).

Quando menciona a questão da integração regional, o Ministro reforça de forma indireta a intenção brasileira de se projetar em nível regional, por meio de uma maior articulação entre os Estados da América do Sul, e da promoção de melhorias de infraestrutura política, econômica e social desses Estados. Sendo assim, o Brasil por ser o que detém a maior extensão da costa voltada para o Atlântico Sul, estaria na vanguarda de exercer influência mais relevante e assim, garantir sua soberania naquela região e se dispor como uma opção aos Estados africanos, para cooperações na área de segurança, política, economia e social.

O Estado brasileiro intensificou suas ações no cenário externo, visando promover a integração e a paz no âmbito da América do Sul. Nesse sentido, tem adotado como medidas o fortalecimento de parcerias com a Argentina e aprofundado o MERCOSUL “com mecanismos financeiros únicos entre países em desenvolvimento” (AMORIM, 2010).

C) Representação do contexto internacional:

Van Dijk (2003) afirma que estrutura textual “Representação do contexto internacional” ajuda o analista na identificação do comportamento do Estado no cenário internacional, a partir de sua atuação na relação com os demais e dos fatores que contribuem para a adoção de determinada postura dentro das Relações Internacionais. Como já pontuara este autor:

Na busca de identificar seu papel no contexto internacional, à atuação internacional do país, tende a identificar o ambiente em que operam as relações internacionais e, desta forma, avaliar seu papel;

possibilidades ou condicionantes acerca de seu comportamento, ou seja, em última instância sua política externa (VAN DIJK, 1997, p. 44).

A forma como o discurso foi construído reflete a percepção crítica do sujeito em relação ao tema ou assunto e está condicionado pelo contexto de sua leitura do mundo. Por isso, Lula da Silva (2007) sinaliza o investimento cada vez maior em fontes renováveis de energia, como os biocombustíveis ao estimular um tratamento político adequado dentro da agenda internacional para os impasses envolvendo as questões climáticas.

A tentativa de associar a alta dos alimentos à difusão dos biocombustíveis não resiste à análise objetiva da realidade. A experiência brasileira comprova – o que poderá valer também para outros países com características semelhantes – que o etanol de cana-de-açúcar e a produção de biodiesel diminuem a dependência de combustíveis fósseis. Queremos aprofundar esse debate, em todos os seus aspectos, na Conferência Mundial sobre biocombustíveis que convocamos para novembro, na cidade de São Paulo (SILVA, 2008).

A construção discursiva dessa parte do discurso associa a experiência do Brasil como Estado em desenvolvimento situado na América do Sul, como um espelho para os Estados que pretendem promover mudanças em suas estruturas sociais, políticas, econômicas e financeiras. Isso também remete aos Estados africanos, de matriz energética e dependente do petróleo fornecido pelos Estados desenvolvidos, apesar de a maior parte desse combustível fóssil ser retirado da África. Entende-se que o Atlântico Sul é mencionado indiretamente em razão de as riquezas minerais e do petróleo do pré-sal estar localizado na área correspondente à Amazônia Azul, sob a jurisdição brasileira.

Análise dos discursos de Dilma Vana Rousseff (2011-2016)

A) Temas:

1 - Nova ordem internacional:

A atual geração de líderes mundiais – a nossa geração – tem sido chamada a enfrentar também importantes desafios vinculados aos temas da paz, da segurança

coletiva e do meio ambiente. Não temos sido capazes de resolver velhos contenciosos nem de impedir novas ameaças. O uso da força é incapaz de eliminar as causas profundas dos conflitos (ROUSSEFF, 2014).

A necessidade de fortalecimento da ação dos órgãos multilaterais para que sejam retomados a confiança e o crescimento econômico e o incentivo a uma coordenação entre os Estados-membros da ONU e outras instituições de cunho multilateral, como o FMI, Banco Mundial, entre outros, são temas de destaque nos discursos de Dilma Rousseff (2011). “A ONU e essas organizações precisam emitir, com a máxima urgência, sinais claros de coesão política e de coordenação macroeconômica” (ROUSSEFF, 2011).

Ao retornar à AGNU no ano seguinte, ela reforça a preocupação do Brasil com a situação de crise de proporções globais que continua gerando reflexos negativos, principalmente para os Estados pobres e em desenvolvimento.

Nesse trecho, Rousseff (2012) destaca:

Continuamos reduzindo a desigualdade social e aumentando significativamente a renda dos trabalhadores. A responsabilidade fiscal é tão necessária quanto são imprescindíveis medidas de estímulo ao crescimento, pois a consolidação fiscal só é sustentável em um contexto de recuperação da atividade econômica.

Para Rousseff (2014), deveria haver maior participação no processo decisório pelos Estados em desenvolvimento e que, mediante o cenário econômico, não faz sentido a permanência de limitação de ação desses Estados junto às Instituições Financeiras como o FMI e o Banco Mundial. “É inaceitável a demora na ampliação do poder de votos dos países em desenvolvimento nessas Instituições. O risco que estas instituições correm é perder sua legitimidade e sua eficiência” (ROUSSEFF, 2014).

2 - Cooperação Sul-Sul:

Rousseff (2011) aponta as ações de cooperação internacional realizadas pelo Brasil e sua predisposição de auxiliar os demais Estados, principalmente em situação de pobreza e miséria. “Estamos aptos a prestar também uma contribuição solidária, aos países irmãos do mundo

em desenvolvimento (...)” (ROUSSEFF, 2011).

Não é um fato social que controla a forma como se constrói o discurso, mas, sim, como se percebe subjetivamente esse fato social ou se constrói concepções a partir dele (VAN DIJK, 1997). Para este autor, a interface sócio-cognitiva envolve várias perspectivas na relação entre situação social e discurso, e que uma delas, reside no fato de não ser do tipo “determinística”. Segundo Van Dijk (2012, p. 163):

Pela mesma razão, minha abordagem não é compatível com um tratamento da língua, do discurso e da sociedade, que assuma que o uso da língua tem ‘condições materiais’ (imediatas), como as que encontramos nas formulações marxistas tradicionais. Claro que existem condições ‘materiais’ (econômicas etc.) para a vida cotidiana, mas essas condições materiais só podem influenciar o discurso se forem interpretadas, representadas e ‘vividas’ como tais pelos usuários da língua.

Sendo assim, a intencionalidade implícita estava em reafirmar o posicionamento já assumido pelo Brasil no governo anterior, em relação ao fortalecimento e ampliação de parcerias em âmbito bilateral ou multilateral com os Estados em desenvolvimento e pobres, quer no continente africano – cooperações em diversos níveis –, quer em alguns situados no entorno do Atlântico Sul.

3 - Relação Brasil-África

Quando aborda a África em seu discurso, Rousseff (2014) ressalta o compromisso brasileiro com esse continente, realça as afinidades culturais, políticas, econômicas e de segurança, no que tange ao Atlântico Sul, e anuncia sua disposição em adotar medidas que intensifiquem essa relação.

Da mesma maneira, a promoção da igualdade racial é o resgate no Brasil dos séculos de escravidão a que foram submetidos os afro-brasileiros, hoje mais da metade da nossa população. Devemos a eles um inestimável legado permanente de riquezas e valores culturais, religiosos e humanos. Para nós, a miscigenação é um fator de orgulho (ROUSSEFF, 2014).

É necessário projetar a compreensão da produção discursiva, no âmbito crítico, para além dos contextos, levando em conta também as categorias sociais e os grupos a que pertencem os sujeitos que constituem os discursos.

Contudo, dentre as variáveis sociais de sempre estudadas pela Sociolinguística Clássica, a idade, a classe social e a profissão podem exercer influências mais ponderáveis que outras, tais como o gênero social, porque tendem a implicar diferenças nas experiências (duradouras ou diárias), e exposição a tipos e contextos discursivos relativamente diferentes (VAN DIJK, 2012 p.163).

B) Implícitos:

1 - Política Externa Brasileira

As ações da PEB estavam estruturadas com o propósito de defender soluções pacíficas em um mundo multilateral, que visa uma participação menos desigual dos Estados dentro do cenário externo.

O Debate Geral oferece a oportunidade para reiterar os princípios fundamentais que orientam a política externa de meu país e nossa posição em temas candentes da realidade e da atualidade internacional. (ROUSSEFF, 2013)

Dessa perspectiva, pode-se inferir que o tema Atlântico Sul está implícito no processo de manutenção da paz na região com a ZOPACAS e também na intenção brasileira de incentivar a promoção de uma nova ordem mundial, em que os Estados africanos situados na costa sul-atlântica adquiram maior autonomia para garantir a defesa de seu entorno estratégico.

Considerando-se que a elaboração dos discursos é feita a partir da forma como receptores entendem e interpretam os “elementos contextuais” que constituem sua essência e que também estão condicionados pelo conhecimento compartilhado previamente com o grupo a quem se direciona a produção discursiva (FALCONE, 2006), pode-se depreender que o Brasil se apropriou da informação dos demais Estados em relação

as suas ações na busca pela paz e criticou as intervenções ocorridas e já conhecidas da comunidade internacional, para reforçar sua visão de mundo.

2 - Cooperação Sul-Sul:

Nesse aspecto, o governo Dilma Rousseff (2011 – 2014) demonstrou comportamento condizente com as medidas adotadas e estimuladas durante o governo de seu antecessor (2003-2010), para estreitar os vínculos com os Estados do Sul, mantendo a posição já conquistada pelo Brasil, principalmente na relação de proximidade com os Estados africanos, potenciais aliados na garantia da soberania na região do Atlântico Sul.

Segundo Mutz & Mondak (2006 *apud* VAN DIJK, 2012, p. 165), o contexto desempenha papel importante dentro das ideologias dos participantes das diversas categorias sociais. Para esses autores, ao se considerar o ambiente de trabalho enquanto categoria social nota-se que ele pode vir a apresentar-se como um dos mais propícios à constituição de “discursos políticos cruzados” ou conflitivos, devidos à interação entre as diferentes perspectivas dos sujeitos que constituem o meio que está sendo analisado.

3 - Relação Brasil-África:

A afinidade entre o Brasil e os Estados africanos ao longo de seu governo e de seu antecessor Lula da Silva (2003 – 2010) foi objeto do pronunciamento da presidente Dilma Rousseff (2014) no quarto ano de seu mandato. Ela ressaltou no seu discurso a prioridade dada a esse continente nas ações realizadas pela Política Externa Brasileira (PEB), os vínculos culturais e históricos e a contribuição da África para a construção da identidade nacional do Brasil. Pode-se notar uma oportunidade encontrada pela presidente para enaltecer “implicitamente” seu compromisso com os Estados desse continente e assim reforçar a concepção de uma comunidade sul-atlântica, com propósitos de segurança e desenvolvimento compartilhados, pavimentando a projeção Brasil sobre o Atlântico Sul.

Tal quadro cognitivo é consoante com um dos aspectos apontados por Van Dijk (2012) sobre a constituição da situação comunicativa, na qual uma representação subjetiva e complexa das

variadas “propriedades sociais” podem ter maior ou menor relevância dependendo das circunstâncias em que o texto é elaborado.

(...) ora a identidade de gênero é mais relevante do que as identidades de idade, classe social ou profissão, ora é menos relevante, dependendo da natureza da atividade em curso, dos propósitos dessa atividade ou de outros fatores da situação (VAN DIJK, 2012, p. 164 – 165).

C) Representação do contexto internacional:

1 - Nova ordem internacional:

Rousseff (2011) busca reforçar a percepção da comunidade internacional quanto à posição brasileira sobre a participação mais ativa dos Estados pobres ou em desenvolvimento na tomada de decisões em que também são diretamente afetados. No texto abaixo, ela destacou necessidade de se buscar alternativas coletivas para a questão da crise econômica e financeira abarca os Estados do Sistema Internacional (SI).

Importa, sim, encontrarmos soluções coletivas, rápidas e verdadeiras. Essa crise é séria demais para que seja administrada apenas por uns poucos países. Seus governos e bancos centrais continuam com a responsabilidade maior na condução do processo, mas como todos os países sofrem as consequências da crise, todos têm o direito de participar das soluções (ROUSSEFF, 2011).

É relevante, na perspectiva da Análise Crítica do Discurso (ACD), entender a forma como os Estados estão inseridos no contexto internacional e como percebem as ações que devem adotar, a fim de obter os resultados esperados, em relação à manutenção de sua posição em nível local e global (FLORES, 2007). Assim, o Brasil intenciona garantir apoio político e coordenado por meio das cooperações quando promove uma maior participação, especialmente dos Estados africanos, que possuem muitas parcerias bilaterais e multilaterais com o Brasil.

2 - Cooperação Sul-Sul:

A ênfase que o Brasil dava às ações de manutenção de paz em seus discursos denota a intenção de fixar a noção de que o Estado brasileiro seria um porta-voz dos Estados pobres e em desenvolvimento e sempre estaria disposto a buscar soluções para os problemas por vias pacíficas, sem conflitos diretos e que seus vizinhos sul-americanos e sul-atlânticos compartilham da mesma percepção.

Dessa forma, Rousseff (2013) afirma que pela perspectiva brasileira:

O problema, porém, transcende o relacionamento bilateral de dois países. Afeta a própria comunidade internacional e dela exige resposta. As tecnologias de telecomunicação e informação não podem ser o novo campo de batalha entre os Estados. Este é o momento de criarmos as condições para evitar que o espaço cibernético seja instrumentalizado como arma de guerra, por meio da espionagem, da sabotagem, dos ataques contra sistemas e infraestruturas de outros países.

A representatividade brasileira perante a relação de cooperação estabelecida com esses Estados torna-se mais evidente nas entrelinhas quando se considera que, segundo a ACD (VAN DIJK, 2012), ao se constituir uma situação comunicativa, deve-se compreender que se trata de uma representação subjetiva e complexa das variadas “propriedades sociais” que podem assumir diferentes graus de relevância dependendo das circunstâncias em que o texto é elaborado.

Assim, indiretamente o Brasil pretendeu assumir uma postura proativa e coordenada quanto a questões diretamente relacionadas à sua soberania e à dos Estados que estão sob sua área de influência na política internacional. “(...) o Brasil apresentará propostas para o estabelecimento de um marco civil multilateral para a governança e uso da internet e de medidas que garantam uma efetiva proteção dos dados que por ela trafegam” (ROUSSEFF, 2013).

CONCLUSÃO

Desde o pós-II Guerra Mundial, os posicionamentos brasileiros no Sistema Internacional têm sido fundamentais para a construção de uma PEB mais autônoma e voltada cada vez mais, para um fortalecimento de ações em âmbito sul-sul, por meio de diversos tipos de cooperação. Mas,

do governo Lula em diante, aumentaram as ações voltadas para registrar a região como cooperativa e de paz, bem como estreitar os laços de várias ordens entre o Estado brasileiro e seus vizinhos do Atlântico Sul.

A partir do referencial teórico que abrangeu a abordagem que diversos autores fizeram dos governos de Lula da Silva (2007-2010) e Dilma Rousseff (2011-2014), foi possível identificar quatro temas que estiveram presentes nesse período e foram considerados como os mais relevantes dentro dos propósitos desta pesquisa “Nova ordem internacional”; “Política Externa Brasileira”; “Cooperação Sul-Sul”; e “Relação Brasil-África”. Estes são eixos em que esses presidentes decidiram moldar uma linguagem discursiva de raciocínio que conduza às percepções de que a manutenção das relações com os Estados do Sul deveria ser priorizada de modo a fortalecer o posicionamento estratégico do Brasil no Sistema Internacional.

Do exame dos estudos desenvolvidos por Teun A. Van Dijk (com destaque para os publicados em 1997, 2003, 2012), foram selecionadas estruturas textuais “Temas”; “Implícitos”; e “Representação do contexto internacional”, aqui consideradas categorias de análise, para a aplicação metodológica da Análise Crítica do Discurso (ACD).

Quanto aos temas, percebeu-se que ambos presidentes mantiveram posturas em favor da manutenção das relações no âmbito sul-sul, por ações de cooperações e estreitamento de vínculos com os Estados sul-americanos e sul-atlânticos, com destaque para os Estados africanos. Na questão africana, em que pese Dilma Rousseff ter buscado manter o continente dentro das atenções do Estado brasileiro, as ações voltadas para a África já não são tão enfáticas quanto no governo Lula da Silva, quando o Atlântico Sul pode ser considerado mais relevante devido a inúmeras visitas realizadas por esse presidente e suas comitivas. Elas buscaram fortalecer a presença do Brasil no continente e possibilitar negociações em diferentes vertentes de cooperação e apoio mútuo, conferindo à “política africana” uma ressignificação dentro da política externa brasileira. A pouca literatura relacionada à percepção de Dilma Rousseff sobre África e Atlântico Sul foi uma das grandes dificuldades para a elaboração deste estudo.

Nesse contexto, há uma menção implícita ao Atlântico sul na forma como certos temas foram insistentemente tratados, como nas citações ao combate à fome e à pobreza, apresentadas nos discursos presidenciais na Assembleia Geral da ONU como essenciais para melhorar os índices sociais e econômicos dos Estados em desenvolvimento, potenciais

parceiros do Brasil, sendo o continente africano, um dos mais atingidos por essas mazelas sociais.

De modo análogo, pode-se perceber a pretensão de tornar seus parceiros mais fortes e expressivos no Sistema Internacional e assim, no que se refere ao Atlântico Sul, garantir que os Estados dessa área oceânica estejam preparados para lidar com as possíveis ameaças à soberania da região.

Na categoria de análise “Implícitos”, foram destacados trechos dos discursos nos quais a temática “Atlântico Sul” pode ser inferida (embora de forma não dita) como núcleo daquelas construções discursivas. Quando se referiam às ações desencadeadas na África e o empenho intenso em ampliar e intensificar cada vez mais os vínculos já estabelecidos, esses presidentes reforçam a prioridade que o continente tem para o Estado brasileiro que não se restringem a questões comerciais ou financeiras, mas também culturais e de identidade. Nessa intencionalidade brasileira de estreitar esses laços, subentende-se o cuidado com a garantia de uma parceria efetiva e fortalecida com os Estados do entorno estratégico do Atlântico Sul.

Quanto à cooperação sul-sul e a política externa brasileira, associadas à necessidade de ampliar cada vez mais as ações externas para os Estados do Sul, os esforços bilaterais e multilaterais foram estimulados e fortalecidos, tendo resultado em ações mais enfáticas no cenário externo por meio do IBAS e da UNASUL.

Na categoria de análise “Representação do contexto internacional”, os elementos-chave “Cooperação sul-sul” e “Política Externa” foram os mais significativos para se constatar nos discursos a tentativa do Brasil em divulgar a importância do estabelecimento de uma nova ordem internacional com uma participação mais igualitária dos Estados, particularmente os pobres e em desenvolvimento. Se parceiros brasileiros, como os Estados africanos adquirirem maior visibilidade, seriam fortalecidas as discussões suscitadas pelo Brasil no Sistema Internacional, como a defesa dos interesses relacionados ao Atlântico Sul e suas inúmeras riquezas.

A Análise Crítica do Discurso (ACD) forneceu ferramental metodológico para a identificação dos fatores contribuintes para o comportamento discursivo da temática “Atlântico Sul” nos discursos do período escolhido, auxiliando na busca por rupturas ou continuidades nas abordagens relacionadas aos temas apontados como repetitivos e que se transformaram em elementos-chaves no processo de análise.

Dessa forma, observou-se continuidade na abordagem dos temas que mencionavam apenas indireta ou implicitamente a temática sul-atlântica, bem como pode-se notar que as construções discursivas levaram em consideração a esfera sócio-cognitiva do grupo diretamente envolvido com os assuntos discutidos pelo Brasil, como é o caso dos Estados africanos. Houve uma intencionalidade de reforçar a relevância do continente africano e do Atlântico Sul dentro das ações desencadeadas pela política externa brasileira, além do esforço na busca de região sul-atlântica cada vez mais cooperativa e articulada para a defesa das suas riquezas.

Conclui-se que esse estudo contribuiu para a elaboração de um novo olhar para a imagem do Atlântico Sul dentro das concepções brasileiras para essa parcela tão relevante do seu entorno.

VIEWS ON THE SOUTH ATLANTIC: THE LULA AND DILMA PERIOD UNDER ANALYSIS OF THEIR UN SPEECHES

ABSTRACT

South Atlantic is the most important strategic area for the deployment of Brazilian naval power and, for economic and geopolitical reasons, this southern oceanic portion is considered a “frontier of opportunities and challenges” when it refers to the projection of Brazil upon the sea. This study aims to identify whether the South Atlantic topic was addressed implicitly or explicitly in the speeches by Lula da Silva (2007-2010)² and Dilma Rousseff (2011-2014), from 2007 to 2014, the so-called forum of the General Assembly UN, and if there was continuity in the approaches. For this purpose, was employed the Analysis Methodology Critical Discourse (ACD) in socio-cognitive perspective of Teun A. Van Dijk (2000) and its textual structures “Themes”, “Implicit” and “Representation of the international context” in addition to the qualitative interpretative research. Through the collection of International Relations of key elements in the theoretical framework, it sought to apply the textual structures of Van Dijk (2003), in order to point at which discursive constructions were made explicit or implicit references to the South Atlantic. And it was found that there was continuity in the treatment of subjects that mentioned only indirectly or implicitly the South Atlantic. **Keywords:** South Atlantic Lula da Silva. Dilma Rousseff. Brazilian foreign policy. Critical Discourse Analysis.

REFERÊNCIAS

ABDENUR, Adriana Erthal; SOUZA NETO, Danilo Marcondes de. O Brasil e a cooperação em defesa: a construção de uma identidade regional no Atlântico Sul. *Rev. bras. polít. int.*, v. 57, n. 1, p. 5-21, 2014. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/0034-7329201400101>>. Acesso em: 20 dez. 2016.

AMORIM, Celso. *Discurso no Debate Geral da 65ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas*. 2010. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em: 10 de ago. 2015.

AMORIM, Celso. A política de defesa de um país pacífico. *Revista da Escola de Guerra Naval*, Rio de Janeiro, v. 18 n. 1 p. 7-15, jan./jun. 2012.

BRASIL. Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008. Aprova a Estratégia Nacional de Defesa, e dá outras providências. Presidência da República, Governo Federal, Brasília, DF. 2008.

BRASIL, Luciana Leão. Michel Pêcheux e a teoria da análise do discurso: desdobramentos importantes para a compreensão de uma tipologia discursiva. *Revista Linguagem, Estudos e Pesquisas*, Campinas, v. 1, n. 01, p. 171-182, jan./jun. 2011. Disponível em: <<https://revistas.ufg.emnuvens.com.br>> Acesso em: 25 ago. 2015.

CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2004.

CORRÊA, C. R.; FLÔR, C. R. de A. Jogos de Guerra: instrumentos para a paz. *Revista da Escola de Guerra Naval*, Rio de Janeiro, v. 20, p. 126-137, 2013.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001.

FALCONE, Karine. A análise cognitiva do discurso. ANAIS DO EVENTO PG LETRAS 30ANOS, 2006. *Anais...* Recife: Centro de Artes e Comunicação, 2006. v. 1, p. 162-175. Disponível em: <<http://www.pgletras.com.br/Anais-30-Anos/Docs/Artigos/2.%20Pesq%20em%20andamento%20Ling%C3%BC%C3%ADstica/2.8%20Karina%20Falcone.pdf>>. Acesso em: 24 jun. 2015.

FARIA, João Afonso Prado Maia de. A consciência situacional marítima (CSM) e a Marinha do Brasil. *Revista da Escola de Guerra Naval*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 213-229, jan./jun. 2012.

FLORES, F. I. P. *Ideologia e política externa do Brasil e do México frente às opções de integração regional (1990 – 2006)*. Rio de Janeiro: UFRJ/ IFCS, 2007.

GREGOLIN, Maria do Rosário Valencise. Análise do discurso: lugar de enfrentamentos teóricos. In: Fernandes, C.A.; SANTOS, J.B. (Org). *Teorias Linguísticas: problemáticas contemporâneas*. Uberlândia: EDUFU, 2003, p. 21-34.

JUDICE, Luciano Ponce Carvalho. PIÑON, Charles Pacheco. *A defesa do ouro negro da Amazônia Azul*. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 2015.

MALDIDIÉ, Denise. *A inquietação do discurso (re) ler Michel Pêcheux hoje*. Campinas, SP: Pontes, 2003.

MARQUES, Welisson. *Metodologia de pesquisa em análise do discurso face aos novos suportes midiáticos*. Universidade Federal de Uberlândia, 2011.

MISOCZKY, Maria Ceci Araújo. Análise crítica do discurso: um olhar mais amplo aos contextos sociais. *Gestão Org.* Recife, v. 3, n. 2, p. 124- 138, 2005.

MUTZ, Diana C.; MONDAK, Jeffery J. *Hearing the other side: deliberative versus Participatory Democracy*. New York: Cambridge University Press, 2006.

OLIVEIRA, Guilherme Ziebell de. Política Africana do Brasil: mudança entre Lula e Dilma? *Rev. Conj. Aust.*, Porto Alegre . v. 6, n. 29 . p. 33-47. abr./mai. 2015. Disponível em: <<http://oaji.net/articles/2015/2137-1439060449.pdf>> Acesso em: 04 jun. 2016.

OLIVEIRA, Lucas Kerr. Implicações da transição energética para a distribuição de poder no sistema internacional do século XXI. In: SIMPÓSIO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO PROGRAMA SAN TIAGO DANTAS, 3., 2011. São Paulo. *Anais...* São Paulo: UNESP, Unicamp; PUC/SP. Disponível em: <http://www.santiagodantassp.locaweb.com.br/br/simp/artigos2011/lucas_kerr_oliveira.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2016.

ORLANDI E. *Discurso & leitura*. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2001.

PENHA, E. A. *Relações Brasil-África e geopolítica do Atlântico Sul*. Salvador: Edufba, 2011.

SILVA, Luiz Inácio Lula da. *Discurso do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva na abertura do Debate Geral da 62ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas*. Nova York, 25 set. 2007. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/>>. Acesso em: 10 ago. 2015.

SILVA, Luiz Inácio Lula da. *Discurso do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva na abertura do Debate Geral da 63ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas*. Nova York, 23 set. 2008. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/>>. Acesso em: 10 Ago. 2015.

SILVA, Luiz Inácio Lula da. *Discurso do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva na abertura do Debate Geral da 64ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas*. Nova York, 23 set. 2009. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/>>. Acesso em: 10 Ago. 2015.

RIBEIRO LUÍS, Camila Cristina. Pensamento Geopolítico brasileiro e a construção do espaço geopolítico sul-atlântico. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DE DEFESA, 6., 2012. *Anais...* São Paulo, 2012.

ROUSSEFF, Dilma. Discurso no Debate Geral da 66ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas. 2011. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/presidenta/discursos-da-presidenta>>. Acesso em: 10 ago. 2015.

ROUSSEFF, Dilma. *Discurso no Debate Geral da 67ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas*. 2012. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/presidenta/discursos-da-presidenta>>. Acesso em: 10 ago. 2015.

ROUSSEFF, Dilma. *Discurso no Debate Geral da 68ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas*. 2013. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/presidenta/discursos-da-presidenta>>. Acesso em: 10 ago. 2015.

ROUSSEFF, Dilma. *Discurso no Debate Geral da 69ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas*. 2014. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/presidenta/discursos-da-presidenta>>. Acesso em: 10 ago. 2015.

VAN DIJK, T. Semântica do discurso. In: PEDRO, E. R. (Org.) *Análise crítica do discurso: uma perspectiva sociopolítica e funcional*. Lisboa: Caminho, 1997.

VAN DIJK, T. *Ideology and discourse: a multidisciplinary introduction*. Barcelona: Pompeu Fabra University, 2003.

VAN DIJK, T. *Discurso e Contexto: uma abordagem sociocognitiva*. Trad. R. Ilari. São Paulo: Contexto, 2012.

VAZ, Alcides Costa. O Atlântico Sul e as perspectivas estratégicas de Brasil, Argentina e África do Sul. *Boletim de economia e política internacional*, n. 6, abr./jun., 2011. Disponível em: <www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/boletim_internacional/110614_boletim_internacional06_cap7.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2016.

VIEGAS FILHO, José. *A segurança do Atlântico Sul e as relações com a África*. Brasília: FUNAG, 2016. (Curso de Altos Estudos)

WODAK, Ruth. Do que trata a ACD: um resumo de sua história, conceitos importantes e seus desenvolvimentos. *Revista Linguagem em (Dis)curso*, v. 4, p. 01-13, 2004. número especial.